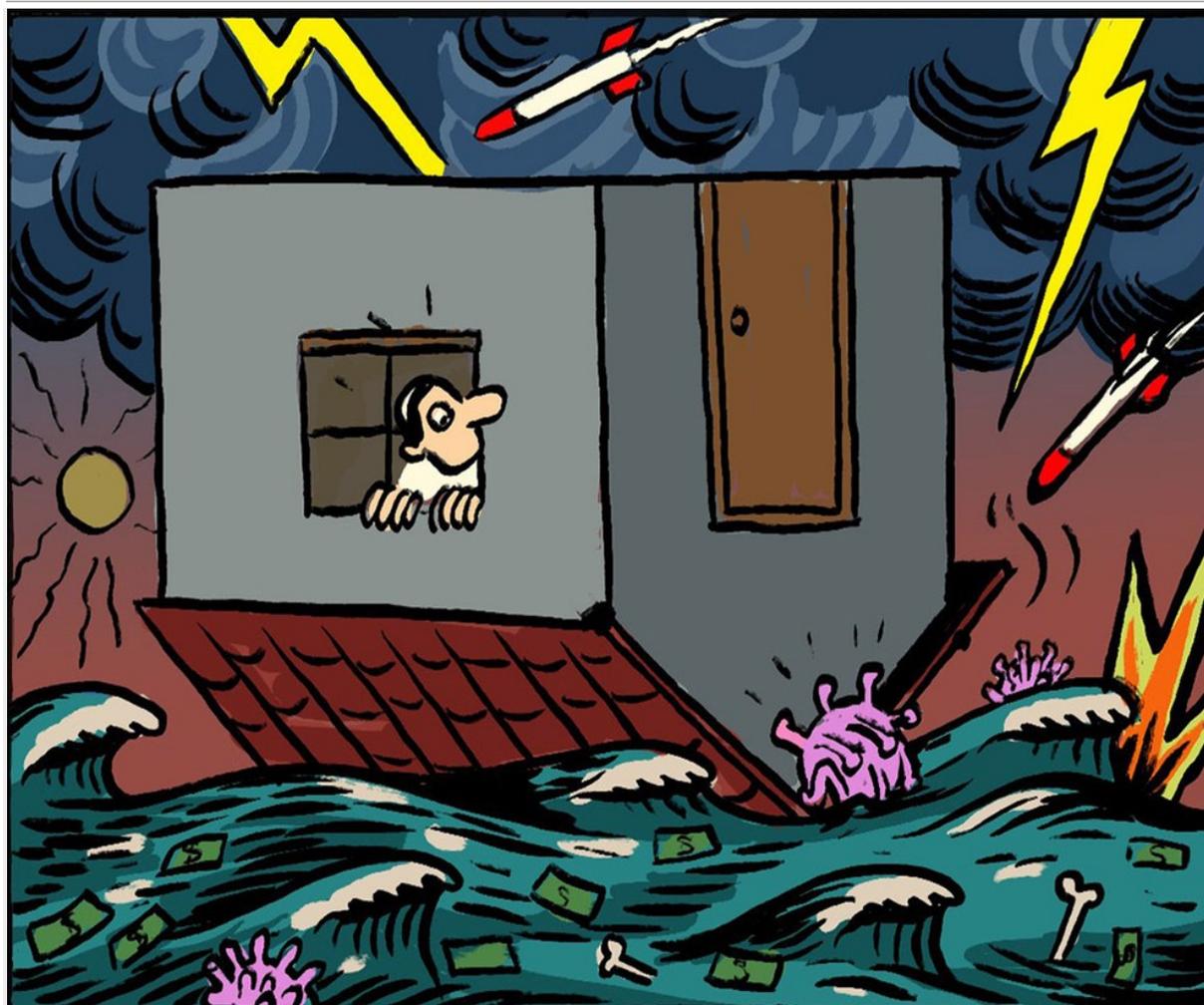


# Administrando a megacrise de 2022

Vivemos uma confluência sem precedentes de crises que podem ameaçar gravemente nosso futuro

Por José Ramos-Horta e Outros

Folha de S. Paulo, 20/07/2022 05h00



Nas últimas reuniões de líderes do G-7, de membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte [Otan] e de ministros do Exterior dos países do G-20, ficou claro para todos que o mundo enfrenta uma confluência de emergências diferente de tudo o que vimos há décadas. As tensões internacionais aumentaram para intensidades alarmantes, na esteira do aumento da insegurança alimentar e energética, da desvalorização cambial, das crises da dívida que ganham corpo, da continuidade da pandemia de covid-19, do agravamento dos efeitos da mudança climática e dos conflitos armados.

Thank you for watching

Segundo o Programa Mundial de Alimentos (WFP, nas iniciais em inglês), da ONU, mais de 800 milhões de pessoas estão cronicamente famintas, das quais 323 milhões estão perto da inanição. Os preços da energia dispararam, e a covid-19 continua a se alastrar em populações subvacinadas (apenas 16,5% dos habitantes dos países de baixa renda foram completamente vacinados). Além disso, cerca de 60% dos países de baixa renda enfrentam problemas de solvência para honrar as dívidas, e as comunidades do mundo

inteiro vivenciam secas, enchentes, incêndios espontâneos e outros sintomas de colapso climático.

Em abril, o secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou que a atual confluência de crises “poderá jogar nada menos que 1,7 bilhão de pessoas - mais de 20% da humanidade - na pobreza, privação e fome em uma escala não observada em décadas”.

**As sobretaxas do FMI deveriam ser suspensas imediatamente. O número de países que incorrem em custos desse gênero já subiu de 9 para 16 desde o início da pandemia, e o Fundo Monetário Internacional projeta que o total poderá subir para 38 até 2025**

A prioridade imediata é garantir preços justos e o abastecimento nos mercados de alimentos e energia. São necessários pelo menos US\$ 10 bilhões para cobrir o déficit de financiamento do WFP neste ano. Até agora, as instituições internacionais e muitos governos reagiram à crise alimentar com programas como a Aliança Global para a Segurança Alimentar, lançada no segundo trimestre deste ano para coordenar o financiamento e os investimentos humanitários na resiliência do sistema alimentar. E mais de 80 países endossaram o Plano para o Chamado à Ação em Segurança Alimentar Global.

Embora os países-membros da Organização Mundial de Comércio (OMC) tenham concordado em isentar as aquisições do WFP para fins humanitários de restrições às exportações, isso não é suficiente. Precisamos aproveitar ao máximo o nosso conhecimento sobre o “modus operandi” do mercado de alimentos mundial tanto no curto quanto no longo prazo, e tanto no que se refere ao abastecimento quanto às reservas.

Para isso, os principais países detentores de estoques de grãos em reserva deveriam liberá-los para os mercados internacionais para conter novos aumentos de preços. Temos de garantir que um maior número de países possam desenvolver a autossuficiência por meio da diversificação das importações agrícolas e de uma produção interna mais resiliente (onde possível).

Na questão da energia, o premiê da Itália, Mario Draghi, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e outros discutiram a criação de um cartel de compras de petróleo a fim de negociar melhores preços; e há muitas novas iniciativas para acelerar a utilização de energia renovável, melhorar a eficiência energética e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Mas precisamos acelerar o ritmo na contagem regressiva para a COP27 no Egito.

Por seu lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos de desenvolvimento multilaterais podem e têm de fazer mais para prover alívio das crises atuais alimentar, energética e da dívida. Apenas 25% do balanço do FMI de US\$ 1 trilhão está atualmente comprometido com a prestação de assistência financeira e alívio na capacidade de amortizar a dívida a países em dificuldades. No mesmo sentido, o Banco Mundial poderia emprestar mais, por meio da negociação de uma reposição de capital com seus países-membros e por meio da alavancagem de sua classificação de crédito AAA para se unir ao capital privado com garantias a empréstimos.

Para enfrentar a crise da dívida que se aproxima, precisamos de uma sólida reestruturação multilateral preventiva e de um programa de alívio para países em desenvolvimento com encargos de dívida insustentáveis. A parcela dos países de baixa renda com problemas de solvência para honrar as dívidas ou que correm alto risco de entrar nessa situação dobrou de 30% para 60% desde 2015.

Novas iniciativas para aliviar a dificuldade ou impossibilidade de amortizar a dívida terão de ir muito além do alcançado por esforços recentes nesse sentido. A Iniciativa de

Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, nas iniciais em inglês), lançada no começo da pandemia expirou desde então, após fornecer apenas US\$ 13 bilhões em alívio temporário a 48 países de baixa renda. Além disso, abarcou apenas credores bilaterais oficiais, excluindo, assim, os credores privados que detêm a maior parcela da dívida dos países em desenvolvimento.

Após o lançamento da DSSI, criou-se o Quadro Comum para o de Tratamento da Dívida para enfrentar a insolvência soberana e problemas de liquidez prolongados em países habilitados a serem beneficiados pela DSSI. O instrumento visa oferecer alívio da dívida e reestruturação coerente com as necessidades de gastos essenciais de um devedor e com sua capacidade de pagamento; mas, um ano e meio após sua instauração, apenas três países se inscreveram (Chade, Etiópia e Zâmbia), e nenhum concluiu com sucesso uma reestruturação da dívida.

Com a participação no Quadro Comum atualmente limitada aos 73 países mais pobres, os critérios de qualificação para a obtenção do benefício poderão ter de ser reavaliados e expandidos, e todos os credores - entre os quais a China e o setor privado - terão de ser incorporados ao processo. Maior transparência da dívida é essencial para a renegociação eficaz da dívida soberana. Ao mesmo tempo em que garantir a participação da China pode se revelar tarefa difícil, a participação do setor privado pode ser exigida por regulamentação, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde já existe um precedente para isso.

Finalmente, as sobretaxas (taxas adicionais cobradas de países tomadores altamente endividados) do FMI deveriam ser suspensas imediatamente. O número de países que incorrem em custos desse gênero já subiu de 9 para 16 desde o início da pandemia, e o FMI projeta que o total poderá subir para 38 até 2025.

Defrontamo-nos com uma confluência sem precedentes de crises que podem ameaçar gravemente nosso futuro. Mais uma vez o mundo precisa que o G-20 compareça e aja com determinação. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

**José Ramos-Horta, prêmio Nobel da Paz 1996, é presidente do Timor Leste**

**Danilo Türk é presidente do Clube de Madri e foi presidente da Eslovênia (2007-2012)**

**Laura Chinchilla é vice-presidente do Clube de Madri e presidente da Costa Rica de 2010 a 2014**

**Han Seung-soo foi primeiro ministro da Coreia do Sul de 2008 a 2009 e é vice-**

**presidente do Clube de Madri. Copyright: Project Syndicate, 2022. [www.project-syndicate.org](http://www.project-syndicate.org)**